

23 de Dezembro de 2010

Anuário Estatístico de Portugal 2009 (Ano de Edição 2010)

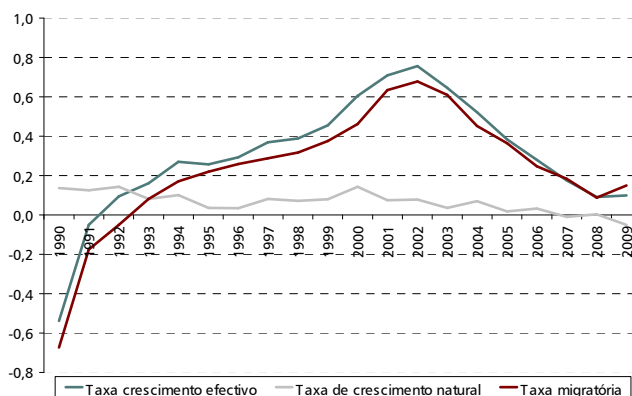
O Instituto Nacional de Estatística divulga a sua principal publicação de referência, o Anuário Estatístico de Portugal. O **ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE PORTUGAL 2009** está dividido em quatro grandes capítulos – O Território, As Pessoas, A Actividade Económica e O Estado – e vinte e oito sub-capítulos com tabelas de dados. A publicação inclui ainda uma breve análise com a evolução dos principais indicadores face a 2008 e comparações de Portugal com a União Europeia.

Enquadramento populacional

Em 2009 o ritmo de crescimento da população residente, em Portugal, foi ligeiramente superior ao do ano anterior, o que contrariou a tendência de desaceleração que se verificava desde 2003. A população estimada é de 10 637 713 indivíduos, mais 10 463 do que em 2008, o que se traduziu numa taxa anual de crescimento de 0.1%. Este aumento foi totalmente determinado pelo comportamento do saldo migratório, que apresentou um crescimento mais intenso do que no ano precedente, interrompendo o perfil descendente registado desde 2003. A taxa de crescimento natural foi negativa, após a estagnação verificada em 2008 e a quebra de 2007. Tomados conjuntamente, os três últimos anos constituem as evoluções mínimas da série de crescimento natural iniciada em 1990, sendo de notar que a variação de 2009 foi a mais negativa.

O saldo migratório foi ganhando uma importância crescente na dinâmica da população. A média das taxas de crescimento da população entre 1990 e 2009 foi de 0,3%, que resultou dos contributos do saldo migratório em 0,23% e da taxa natural em 0,06%. Considerando separadamente a década de 90 e aquela que se iniciou em 2000, os contributos foram, pela mesma ordem, de 0,08% e de 0,09%, na primeira década, e de 0,39% e de 0,04%, na segunda década (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Dinâmica de crescimento da população

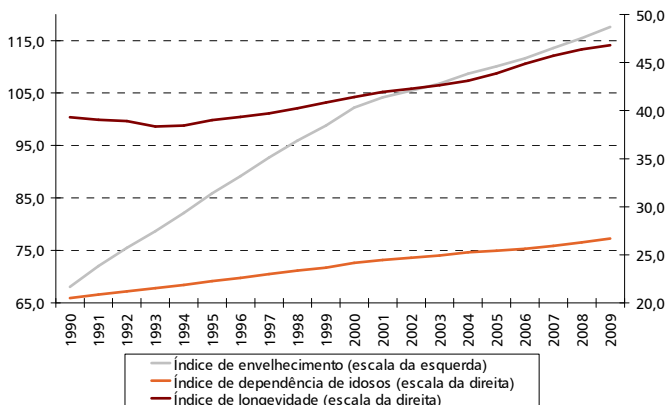


O peso da população idosa mantém a tendência crescente, em consequência das tendências de diminuição da fecundidade e de aumento da longevidade. Desde 1990 que a proporção de indivíduos com idade inferior a 24 anos apresenta uma tendência de sistemática redução. Entre 1990 e 2009, a componente da população com menos de 24 anos perdeu 10 pontos percentuais (p.p.) do seu peso na estrutura, situando-se em 26,3% em 2009.

A taxa de fecundidade geral reduziu-se em 1,7 p.p. face a 2008, parecendo retomar a trajectória descendente interrompida em 2007 e que se iniciara em 2000. Por outro lado, o índice de longevidade foi de 46,8, atingindo o nível mais elevado desde 1990, sendo evidente uma tendência de aumento desde 1995. Em consequência, o rácio entre a população com mais de 65 anos e a população até 14 anos (índice de envelhecimento) atingiu também o seu ponto mais eleva-

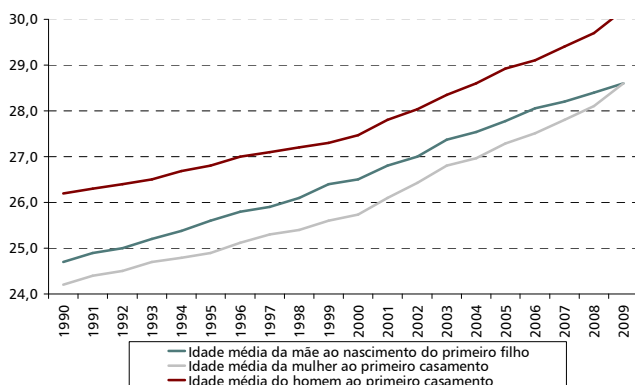
do, atingindo 117,6, quando em 2000 era de 102,2 e em 1990 se situara em 68,1 (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Efeitos na estrutura etária



Para estas tendências observadas nos últimos anos têm contribuído as mudanças de comportamentos sociais, evidenciados por um conjunto de indicadores. As médias das idades das mulheres quer à data do primeiro casamento quer ao nascimento do primeiro filho foram sistematicamente aumentando desde 1990, e durante boa parte do tempo evidenciando um comportamento paralelo, mas nos últimos três anos tenderam a convergir. Assim, em 2009 a idade ao primeiro casamento foi de 28,6 anos (25,7 anos e 24,2 anos, em 2000 e 1990, respectivamente), igual à idade ao nascimento do primeiro filho (26,5 anos e 24,7 anos, para os mesmos períodos e pela mesma ordem). A média da idade dos homens ao primeiro casamento também foi aumentando, sendo de 30,2 anos em 2009 (27,5 anos e 26,2 anos em 2000 e em 1990, respectivamente).

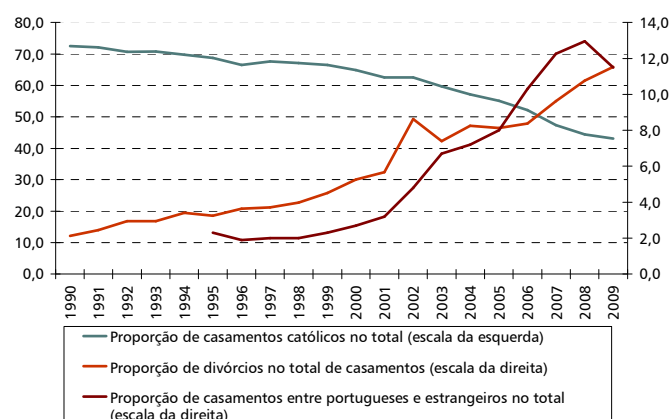
Gráfico 3 – Indicadores de nupcialidade e de natalidade



A diferença de idades entre homem e mulher ao primeiro casamento era de 2 anos em 1990, de 1,8 anos em 2000, tendo estabilizado em 1,6 anos desde 2002 (Gráfico 3).

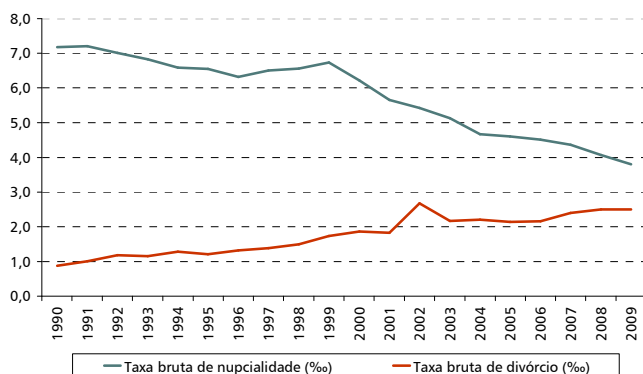
Paralelamente, o número de casamentos tende a diminuir, com especial incidência a partir de 2000. Em 2009 os casamentos celebrados representaram menos de 60,0% dos celebrados em 1999. O número de casamentos católicos celebrados tem acompanhado esta tendência descendente, e até de forma mais intensa. Desde 2007 que a proporção de casamentos católicos face ao total de casamentos celebrados caiu para menos de metade do total dos casamentos, atingindo este rácio 43,1% em 2009 (em 2000 e em 1990 esta proporção era 64,8% e de 72,5%, respectivamente). Assinale-se ainda que a proporção de casamentos entre estrangeiros e portugueses aumentou continuamente desde 1995 até 2008, tendo atingido um pico de 13,0% neste último ano. Em 2009, porém, verificou-se uma redução deste peso, que passou para 11,5 %, embora quintuplicando face ao que se verificava em 1995 (Gráfico 4).

Gráfico 4 – Casamentos e Divórcios



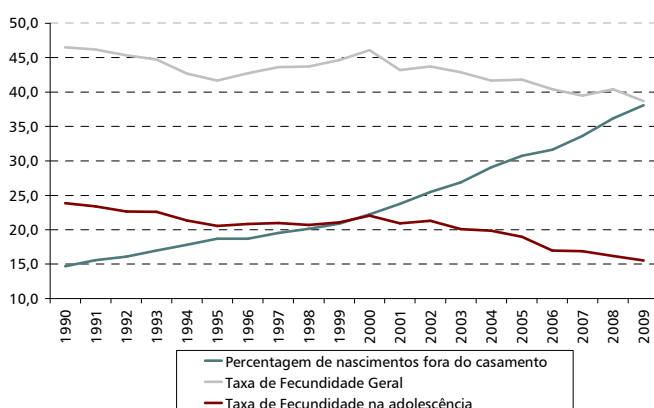
Por outro lado, o número de divórcios tomou uma evolução contrária. Tomando 1990 como referência, em 2000 o seu número duplicou, tendo triplicado em 2009. No período mais longo, o número de divórcios registou uma taxa média de crescimento anual de 6,0%, embora entre 2000 e 2009 o ritmo tenha sido mais moderado, de 3,6% (Gráfico 5).

Gráfico 5 – Taxas de nupcialidade e de divórcio



O número de nascimentos fora do casamento também aumentou, representando 38,1% do total em 2009, mais 1,9 p.p. do que no ano precedente. Cerca de 79,0% dos casos verificaram-se com coabitação dos pais, uma proporção ligeiramente menor do que a verificada entre 2002 e 2008, mas 3,5 p.p. acima da registada em 2000. Manteve-se em 2009 a tendência de diminuição da taxa de fecundidade na adolescência, contrariamente ao que ocorreu com a taxa de fecundidade geral. A da adolescência situou-se em 15,5 ‰ (22 ‰ em 2000), a geral foi de 38,7 ‰ (46,1 ‰ em 2000) (Gráfico 6).

Gráfico 6 – Indicadores de natalidade

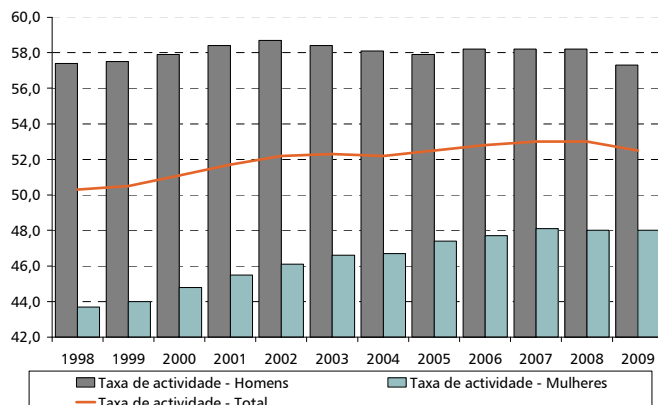


Enquadramento socioeconómico

População activa, emprego e desemprego

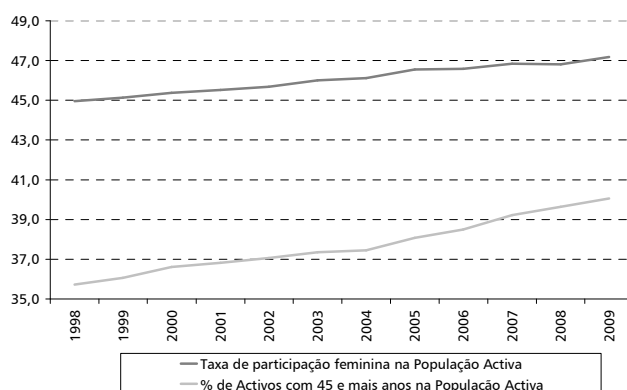
Em 2009 a população activa diminuiu em cerca de 42 mil indivíduos (variação de -0,8%), contrariando a tendência de aumento verificada ao longo dos dez anos terminados em 2008 (Gráfico 7): entre 1998 e 2009 a população activa aumentou cerca de 9,6%.

Gráfico 7 – Taxas de actividade



Para este crescimento terão contribuído principalmente o aumento da população feminina no mercado de trabalho, possivelmente o adiamento da entrada na reforma e a dinâmica dos fluxos migratórios (Gráfico 8).

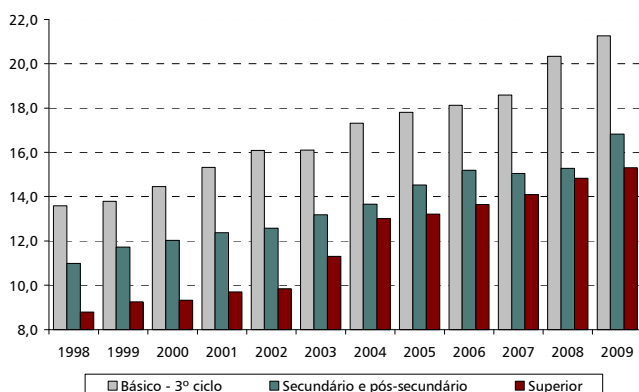
Gráfico 8 – Indicadores de composição da População Activa



A esta tendência correspondeu igualmente um incremento na qualificação da força de trabalho, a avaliar pelo grau de escolaridade: entre 1998 e 2009, a um aumento da população activa total na ordem de 487 mil indivíduos correspondeu um aumento de cerca de 785 mil indivíduos tendo pelo menos o ensino secundário concluído. Deste modo, o peso deste grupo representou cerca de 32,0% do total da população activa, quando em 1998 se situava em 19,8%. No entanto, a proporção de activos com nível de escolaridade correspondente ao ensino superior continuou relativamente baixa, apesar do significativo aumento registado entre 1998 e 2009, na ordem 6,5 p.p., situando-se em 15,3% no final do período. Em termos de emprego, nesse ano a proporção de empregados com curso superior (3º nível, ISCED97) foi de 15,8%

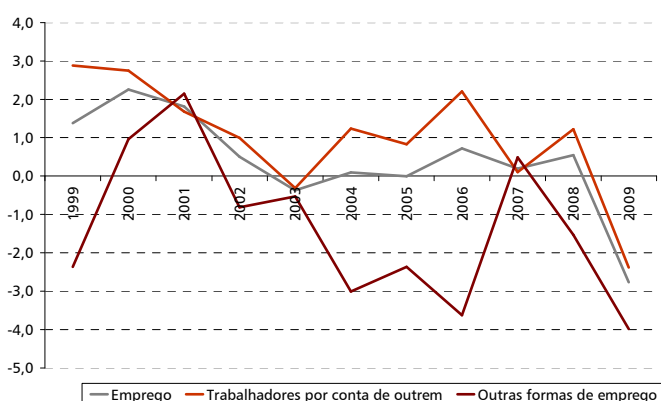
em Portugal, o que compara com a proporção de 28,1% que se verificou na UE(27); este diferencial até aumentou face ao 2004, se bem que seja idêntico ao registado em 2001 (Gráfico 9).

Gráfico 9 – Níveis de escolaridade completa da População Activa



O emprego diminuiu em 2009, a uma taxa de -2,8%, contrariando a tendência dos cinco anos anteriores. Em termos absolutos, a quebra foi de quase 144 mil empregos, um valor muito mais elevado do que a que se registara em 2003, que fora na ordem de 19 mil. A diminuição registada em 2009 foi sobretudo determinada pela evolução do emprego assalariado, que se contraiu em 2,4%, contribuindo em 65,0% para a redução global. Seguiu-se o emprego de trabalhadores por conta própria, com uma quebra de -6,6% e com uma contribuição de mais de 30,0% para a diminuição total (Gráfico 10).

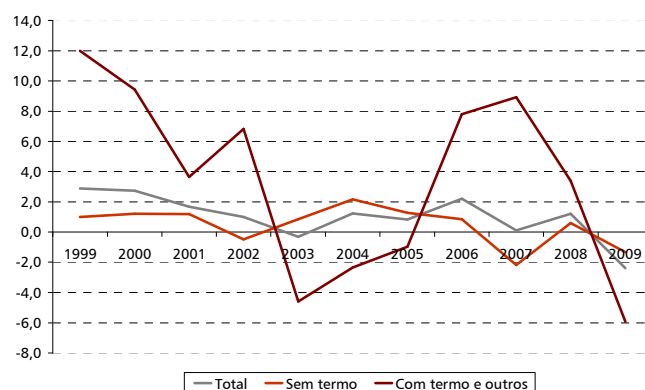
Gráfico 10 – Taxas de variação anual (%) do emprego



Refira-se que no emprego assalariado a maior redução se verificou nos contratos a termo e em outras situações contratuais: a taxa de variação foi de -5,9%, o que se traduziu numa contribuição de quase 57,0% para a

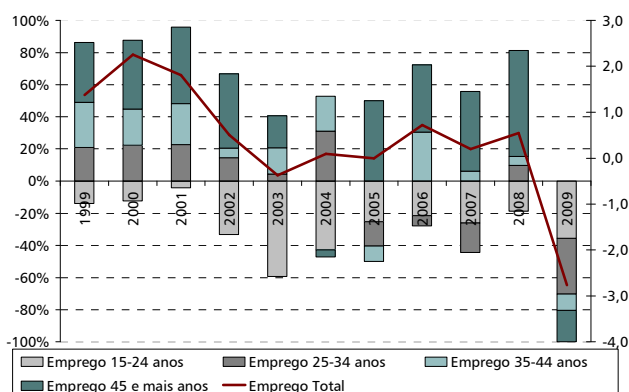
contracção do total do emprego assalariado. Os contratos sem termo apresentaram uma quebra de -1,3% (Gráfico 11).

Gráfico 11 – Taxas de variação anual (%) do emprego por conta de outrem segundo o tipo de contrato



Considerando um período mais longo, observa-se que desde 1998 houve um aumento de 210 mil indivíduos na população empregada, e de 403 mil indivíduos trabalhando por conta de outrem (assalariados). Contudo, a geração de emprego situou-se no sub-período compreendido entre 1998 e 2003, em que o aumento total da população empregada foi de 274 mil indivíduos. Inversamente, em 2009 a contracção do emprego mais do que anulou a criação de emprego registada entre 2004 e 2008. No caso do emprego assalariado, o andamento foi algo diferente: o primeiro sub-período foi o mais relevante, tendo sido criados cerca de 284 mil empregos, mas no período entre 2004 e 2009 também se verificou um aumento líquido emprego, na ordem de 120 mil empregos, isto é, a contracção em 2009 não anulou os acréscimos verificados até então (Gráfico 12).

Gráfico 12 – Contribuições (%) do emprego por faixas etárias para a taxa de variação anual do emprego total



A taxa de desemprego em 2009 foi de 9,5%, a taxa mais elevada desde o início da série, em 1998. Este aumento traduziu-se num agravamento generalizado da taxa de desemprego das categorias consideradas. A categoria com mais elevada taxa de desemprego, correspondente à faixa etária entre 15 e 24 anos, teve o aumento mais acentuado, de 3,6 p.p., agravando-se a taxa para 20,0%. A taxa de desemprego das mulheres ultrapassou também 10,0%, e o mesmo se verificou na faixa etária entre os 25 e os 34 anos, que quase chegou a 11,0%. Porém, o agravamento mais intenso do desemprego verificou-se entre os 45 e mais anos, representando 34,7% do aumento verificado. A taxa de desemprego situou-se pelo terceiro ano consecutivo acima das taxas de desemprego europeias, como a da EU(27), que foi de 8,9%, ou da Zona Euro, de 9,4%.

O número de desempregados há mais de um ano aumentou 15,6% (correspondendo a cerca de 33 mil indivíduos), mas uma vez que o aumento do número de desempregados há menos de um ano foi na ordem de 32,5% (cerca de 69 mil indivíduos) a proporção de desemprego de longa duração diminuiu para 46,5%. Ainda assim, este tipo de desemprego é actualmente mais elevado em Portugal do que na média europeia. Em proporção da população activa e para 2009, o desemprego de longa duração representava em Portugal cerca de 4,3%, o que compara com a taxa de 3,0% referente à UE(27), e traduz uma inversão relativamente ao que se verificava no início da década (1,7% e 4%, para Portugal e a UE(27), respectivamente) (Gráfico 13 e Gráfico 14).

Gráfico 13 – Taxa de desemprego em Portugal, na UE25 e na UE15

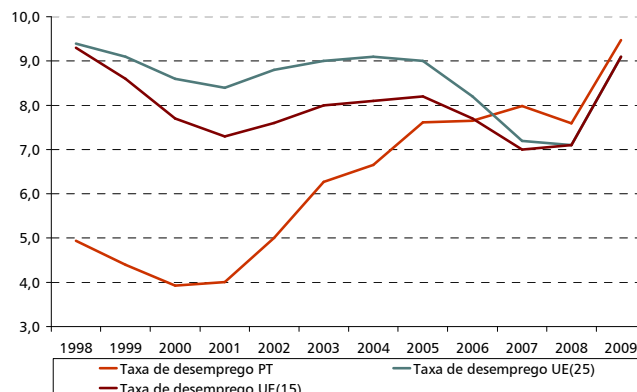
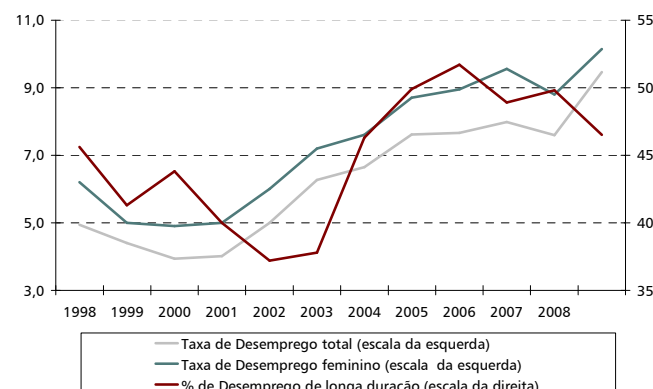


Gráfico 14 – Desemprego feminino e de longa duração



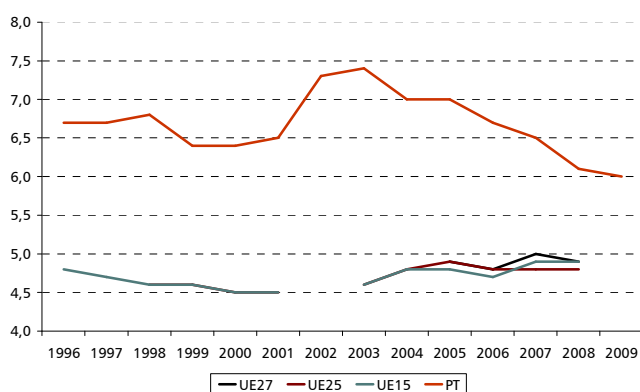
Rendimento e condições de vida das famílias

Em 2008 registou-se uma ligeira atenuação da desigualdade na distribuição do rendimento, mantendo-se esta relativamente elevada face à média europeia, e apesar de à escala europeia se ter verificado algum retrocesso neste campo, nos últimos anos. Por outro lado, manteve-se a tendência para a generalização da utilização das TIC pelos agregados familiares.

Tomando os resultados do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento, estima-se que em 2008 o rendimento monetário líquido equivalente de 20% da população com maior rendimento tenha sido 6,0 vezes superior ao rendimento de 20% da população com menor rendimento. Este valor traduz uma ténue melhoria face aos resultados referentes a 2007, e melhorias mais significativas relativamente aos de anos anteriores (em 2005 o índice foi de 6,7 e em 2003 situara-se em 7,0). No entanto, o indicador con-

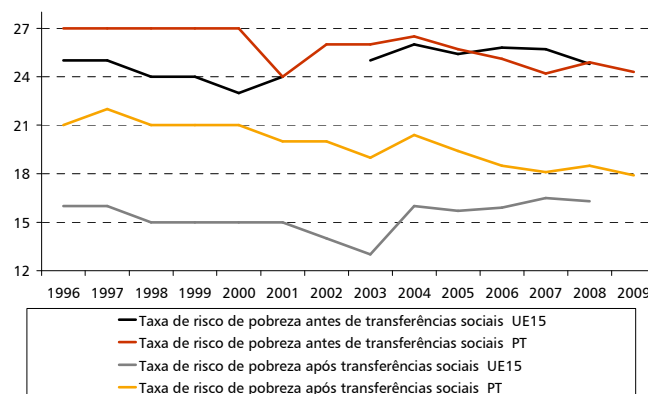
tinua a reflectir uma situação de maior desigualdade relativamente à média europeia, ainda que em menor grau nos anos mais recentes. Este menor diferencial deve-se às melhorias já assinaladas para Portugal e a uma estabilização ou mesmo algum agravamento verificado nos últimos anos à escala europeia (tome-se o caso da UE27 cujo indicador estabilizou em 4,8 desde 2006, o que representa um ténue agravamento de 0,2-0,3 p.p. face à primeira metade da década). A comparação da situação portuguesa com a da área do euro fornece o mesmo tipo de resultados, ou seja, maior grau de desigualdade na distribuição de rendimento e atenuação dessa disparidade em 2007 e em 2008, também devido a andamentos opostos dos indicadores em Portugal e na Zona Euro (Gráfico 15).

Gráfico 15 – Desigualdade na distribuição de rendimentos (S80/S20)



Segundo os dados do mesmo inquérito, estima-se que em 2008 o risco de pobreza, avaliado pela proporção de população com rendimento monetário líquido equivalente abaixo de 60% do rendimento mediano, se situava em 17,9%. Este resultado representa uma diminuição do risco relativamente ao ano precedente, que foi de 18,5%, e insere-se numa trajectória descendente, embora um pouco irregular, que se pode constatar desde 1995. Sublinhe-se a importância das transferências sociais em sentido estrito, sem as quais a taxa de risco se situaria em 24,3% (24,9% em 2008 e 24,2% em 2007) (Gráfico 16).

Gráfico 16 – Taxa de risco de pobreza

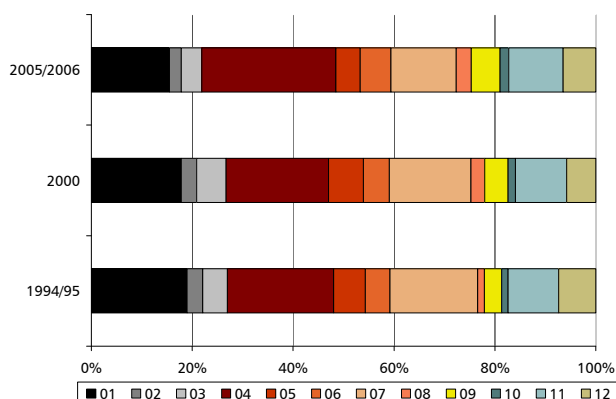


Comparando com a UE(25), o risco de pobreza é mais elevado em Portugal, o que se deve sobretudo ao efeito das transferências sociais, que na média europeia têm um impacto relativamente mais benéfico. Com efeito, sem tais transferências o risco de pobreza na UE(27) em 2008 seria de 25,1%, passando para 16,5% com a sua inclusão (em 2005, sem e com transferências foram de 25,7% e de 15,9%, respectivamente).

O risco de pobreza continua a apresentar diferenças de acordo com o género (não muito significativas), a idade dos indivíduos (muito acentuadas nos jovens e nos idosos), a composição do agregado familiar (penalizando os agregados mais numerosos e as famílias com um adulto e crianças), a condição perante o trabalho e a intensidade laboral dos membros não dependentes do agregado. Destacam-se as seguintes categorias em que se registaram agravamentos entre 2008 e 2009: os agregados com dois adultos e três ou mais crianças, cuja taxa de risco passou de 31,9% para 36,1%, e os desempregados, cujas taxas foram de 34,6% e de 37,0%, em 2008 e em 2009, respectivamente, sendo nítida nesta última categoria uma tendência de agravamento desde 2004.

Comparando os resultados dos inquéritos às despesas das famílias realizados em 1994-95, 2000 e 2005-06, constata-se um aumento relativo das despesas com a habitação, com a saúde e com a cultura e lazer, em detrimento das despesas em alimentação e bebidas e em transportes, nomeadamente (Gráfico 17).

Gráfico 17 – Estrutura da despesa total anual média dos agregados por divisão da COICOP



Legenda

- 01 - Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas
- 02 - Bebidas alcoólicas, tabaco e narcóticos/estupefacientes
- 03 - Vestuário e calçado
- 04 - Habitação; água, electricidade, gás e outros combustíveis
- 05 - Móveis, artigos de decorações, equipamento domésticos e despesas correntes de manutenção da habitação
- 06 - Saúde
- 07 - Transportes
- 08 - Comunicações
- 09 - Lazer, distração e cultura
- 10 - Ensino
- 11 - Hotéis, restaurantes, cafés e similares
- 12 - Outros bens e serviços

Manteve-se em 2009 a tendência para a difusão junto das famílias das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC), a avaliar pelo conjunto de indicadores disponíveis, os quais apresentam aumentos significativos face ao observado em 2008, inserindo-se em tendências claras de crescimento. Em 2009, 56,0% dos agregados familiares possuíam computador, o que representa mais 6,2 p.p. do que no ano precedente, e mais 13,5 p.p. do que em 2005. A internet podia ser acedida por 47,9% dos agregados (46,0% em 2008), e mais de 46,0% podia fazê-lo através da banda larga (cerca de 39,0% em 2008), quando em 2005 os correspondentes valores eram de cerca de 32% e de 20%.

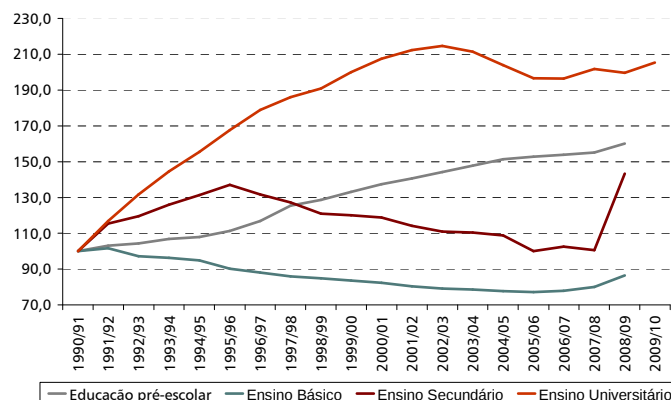
Educação

A evolução da estrutura escolar ao longo das duas últimas décadas foi determinada por factores com impacto de intensidade e durabilidade diferenciados: a Lei de Bases do Sistema Educativo em 1986, a tendência de diminuição da taxa natural da população, o esforço de extensão do ensino pré-escolar e o reforço do ensino superior, a expansão do ensino privado, o desenvolvimento das TIC e o esforço da sua aplicação ao sistema de ensino. Mais recentemente, tem-se registado um

processo certificação de competências e um esforço de expansão do ensino profissional.

Após se ter desvanecido o efeito da aplicação da Lei de Sistema Educativo de 1986, que regulamentou a escolaridade obrigatório de nove anos, a dinâmica da população escolar passou a ser comandada pela diminuição da taxa de crescimento natural da população. Assim, a partir de 1991/1992 desenvolveu-se uma tendência de diminuição da população escolar do ensino básico, iniciada na população do 1º ciclo e alastrando aos restantes ciclos (o movimento de descida no 3º ciclo iniciou-se em 1995/1996). Como resultado, entre 1990/1991 e 2000/2001 a população no básico diminuiu cerca de 18,0%, voltando a diminuir cerca de 3,0% entre a última data e 2007/2008. No ensino secundário, a tendência decrescente começou em 1996/1997, pelo que entre 1990/1991 e 1999/2000 ainda se registou um aumento de cerca de 20,0% na população escolar. Seguiu-se uma diminuição em 2007/2008 face a 2000/2001 de 15,5%, tal que o efeito final foi aproximadamente de estabilização da população escolar (Gráfico 18).

Gráfico 18 – Índices de população escolar por tipo de ensino (1990/1991=100)



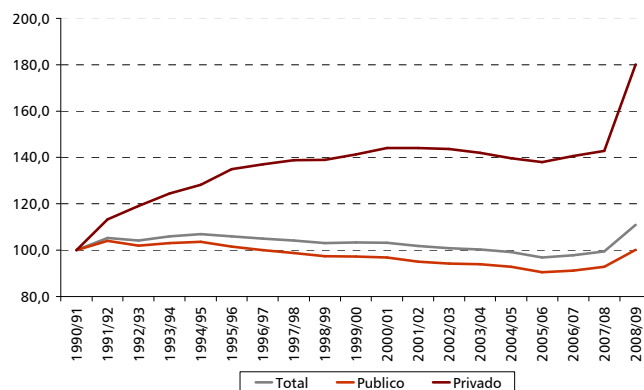
No entanto, nos anos mais recentes, especialmente em 2008/2009 verificaram-se movimentos contrários a estas tendências, quer no ensino básico, nomeadamente nos 2º e 3º ciclos, quer no ensino secundário. Parte significativa destes aumentos da população escolar explica-se pelo número de alunos matriculados em Processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências, que se concentrou nos referidos graus de ensino.

Os indicadores disponíveis sobre a aplicação das TIC no ensino, ainda escassos em dimensão temporal e em variáveis abrangidas, apontam para melhorias substanciais. O rácio “número médio de alunos por computador” no ensino básico, dizendo respeito apenas ao Continente, foi de 2,1 no ano lectivo 2008/2009, quando em 2006/2007 e em 2007/2008 se situava em 9,5 e em 7,9, respectivamente. No secundário, o mesmo indicador foi de 3,9, o que compara com os valores de 5,9 e de 6,9 dos anos precedentes.

A expansão do ensino pré-escolar, não obrigatório, foi muito significativa nos últimos vinte anos. Em 1990/1991 a educação pré-escolar abrangia cerca de metade das crianças com idades entre os três e os cinco anos, enquanto em 2008/2009 cobria aproximadamente 83,0% do mesmo estrato populacional. Para esta variação global contribuiu decisivamente a expansão da rede de educação pré-escolar pública, que a partir de 2000/2001 ultrapassou em número de alunos matriculados o ensino privado (Em 2008/2009 a quota do ensino público em termos de alunos inscritos foi de cerca de 52,0%, quando em 1990/1991 se situava em um pouco menos de 44,0%).

Refira-se ainda a importância crescente, em termos relativos, do ensino privado em todos os níveis do ensino básico e no ensino secundário, tendo os respectivos pesos, em número de matrículas, registado tendências de aumento desde 1990/1991. Note-se o reforço do seu peso em 2008/2009 em todos os graus do ensino básico, especialmente no 3º ciclo, e ainda no ensino secundário. Ao invés, no ensino pré-escolar, a tendência foi de clara diminuição, se bem que nos três anos mais recentes se desenhe um movimento em sentido contrário. No ensino universitário, o peso do ensino privado aumentou até ao final da primeira metade da década de 90, declinando em seguida, para se situar em 2008/2009 abaixo do que verificara em 1990/1991 (Gráfico 19).

Gráfico 19 – Índices de população escolar segundo a natureza institucional dos estabelecimentos de ensino (1990/1991=100)



Registe-se o aumento da população escolar inscrita no ensino profissional, na ordem de 94 mil, o que traduz a sua multiplicação por um factor de 14,6, face ao valor de 1990/1991, e por um factor de 3,0 face ao 2000/2001. Este tipo de ensino, no qual largamente predomina o de nível 3 (ensino secundário), representava em 2009/2008 cerca de 5,0% da população escolar do ensino básico e secundário, o que representa um aumento de mais de 3,0 p.p. relativamente à situação de 2000/2001. É visível o esforço desenvolvido na captação de alunos para o ensino público, cujo peso em termos de inscritos aumentou significativamente a partir de 2005/2006. Nesse ano, o peso era de 14,5% no total e nos anos seguintes até 2008/2009 passou para 30,9%, 50,1% e 58,2%.

No ensino superior manteve-se a tendência crescente da taxa de escolarização, que no último ano (2009/2010) foi de 30,6%, contra 15,1% no início da série (ano lectivo 1994/1995). Porém, apesar de o número de alunos matriculados entre os anos lectivos de 1990/1991 e 2008/2009 ter quase duplicado, observa-se um máximo em 2002/2003 e uma estabilização relativa a partir de 2005/2006, ainda que tenha ocorrido um aumento em 2009/2010. Analisando o desempenho dos alunos do ensino universitário entre 2000/01 e 2008/09, verifica-se que aumentou o número de diplomados, seja em termos absolutos (61,1 mil contra 76,6 mil) seja relativamente ao número de inscritos (15,8% contra 20,5%, se bem que neste último caso tenha havido um retrocesso face ao registado nos dois anos precedentes). Por outro lado, refira-se a alteração das preferências manifestadas, entre 2000/2001 e 2008/2009. Verificaram-se diminuições

significativas nas proporções de diplomados nas áreas de Formação de Professores/Formadores, de Ciências Empresariais e de Humanidades. Em contrapartida, os principais aumentos observaram-se nas áreas de Engenharia e Técnicas Afins, da Saúde e Ciências Sociais, da Arquitectura e Construção e de Ciências Sociais e de Comportamento, Informação e Jornalismo (Gráfico 20).

Gráfico 20 – Diplomados por área de estudo

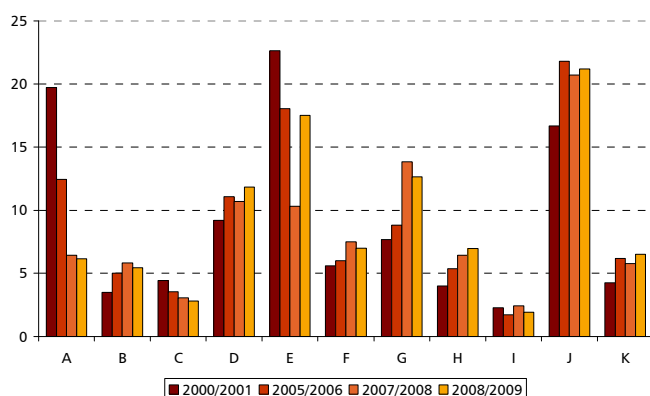
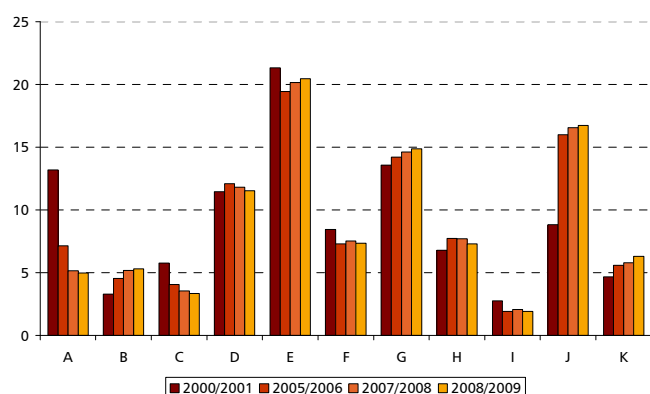


Gráfico 21 – Vagas por área de estudo



Legenda

- A – Formação de Professores/formadores e Ciências da Educação
- B – Artes
- C – Humanidades
- D – C. Sociais e do comportamento, Informação e jornalismo
- E – Ciências Empresariais, Direito
- F – Ciências da Vida, Física, Matemática e Estatística, Informática
- G – Engenharias e Afins, Indústria Transformadora
- H – Arquitectura e Construção
- I – Agricultura, Silvicultura, Pesca e Veterinária
- J – Saúde, Serviços Sociais
- K – Serviços

Em resultado destas mudanças, verificaram-se as seguintes principais alterações no posicionamento relativo das áreas de estudo: a Saúde passou da terceira para a primeira posição, as Ciências Empresariais mantiveram-se na segunda, a Engenharia e Técnicas Afins mudaram da quinta para a terceira posição, as Ciências Sociais e de Comportamento mantiveram-se na quarta,

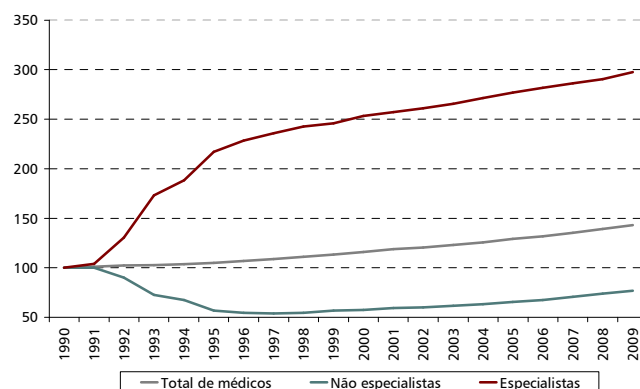
a Arquitectura e Construção passaram da oitava para a quinta posição. A variação da estrutura das vagas acompanhou em termos gerais a da estrutura de diplomados (Gráfico 21).

Saúde

A informação disponível, grande parte apenas até 2008, aponta para a manutenção de tendências anteriormente detectadas: aumento dos recursos humanos no sector, diminuição genérica da capacidade da oferta instalada, mas com aumentos em segmentos mais especializados e maior intensidade de aproveitamento dos recursos disponíveis.

Analisando a componente de recursos humanos, nota-se uma melhoria contínua do rácio número de médicos por mil habitantes, que foi de 3,8 em 2009, quando no início da década se situava em 3,2. A mesma tendência, e até mais intensa, se detecta no rácio número de enfermeiros por mil habitantes, que alcançou o valor de 5,6 no mesmo ano (este rácio tinha o valor de 3,7 em 2000). O número de especialidades detidas pelos médicos continuou a aumentar, embora a um ritmo um pouco inferior ao crescimento do número de médicos, que se situou em 3,0%. Em 2009 havia cerca de 166 especialistas por cada 100 médicos não especialistas, traduzindo uma ténue mas contínua diminuição deste rácio desde o início da década (Gráfico 22).

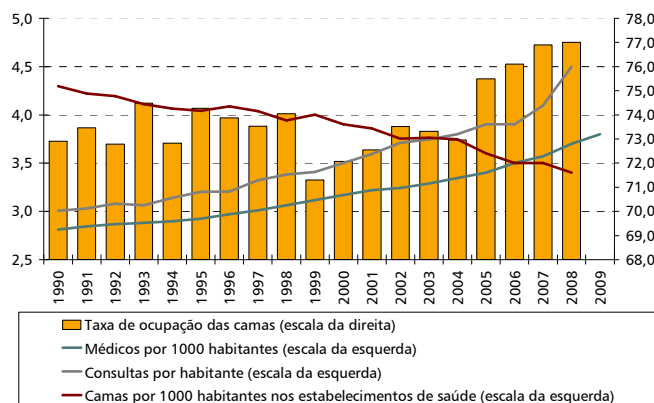
Gráfico 22 – Índices de médicos segundo a categoria



Relativamente à capacidade de internamento, em 2008 o número de camas nos hospitais (lotação praticada) era de 35762 (36178 em 2007), o que representa uma diminuição de 1568 e de 3146 face ao existente em 2005 e 2000, respectivamente, tendo ocorrido

também diminuições nos centros de saúde (menos 413 e menos 835 camas, para os mesmos anos). Por outro lado, aumentou para 835 o número de salas de operações nos hospitais (mais 78 e mais 109, face a 2005 e a 2000, respectivamente) (Gráfico 23).

Gráfico 23 – Indicadores de capacidade e de utilização do serviço de saúde

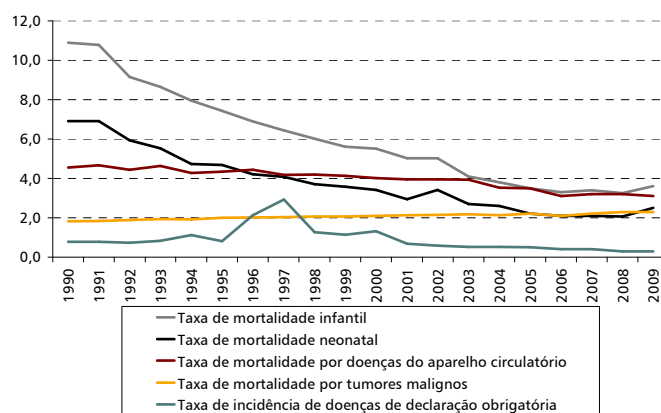


No que se refere aos serviços prestados, verifica-se uma tendência geral para o seu aumento, a avaliar pelos indicadores disponíveis. Em 2008, e à semelhança do que já se verificara em 2007, reforçou-se a tendência de aumento do número de grandes e médias intervenções cirúrgicas, que fora interrompida em 2005, tendo-se registado um acréscimo de cerca de 200 intervenções/dia face ao registado em 2007. Por outro lado, o número de consultas externas nos hospitais manteve-se em aumento, tendo apresentado um aumento face a 2007 de 16,5%, claramente acima do observado em 2007. Um comportamento semelhante observa-se nas consultas nos centros de saúde, que aceleraram em 2008 e em 2007, após o crescimento moderado entre 2002 e 2006. O número total de consultas nos hospitais e nos centros de saúde por habitante voltou a aumentar em 2008, situando-se em 4,5, claramente acima dos resultados obtidos em 2005 e em 2000, que foram de 3,9 e de 3,5, respectivamente.

Quanto aos indicadores de saúde relacionados com a mortalidade, registou-se uma subida em 2009 da taxa de mortalidade infantil, para 3,6, o que contrariou a longa trajetória descendente deste indicador. Recorde-se que no início da década de 90 o seu valor fora de 10,9, tendo diminuído quase continuamente até 2008, em que alcançou o mínimo até ao momento, de 3,3. Anuário Estatístico de Portugal 2009 – Edição 2010

óbitos por cada 1000 nados vivos. Quanto às principais causas de morte em Portugal em 2008, do total de óbitos ocorridos, 31,9% foram provocadas por doenças do aparelho circulatório (redução de 0,4 p.p. face a 2008) e 23,2% por tumores malignos (aumento de 0,3 p.p.). Relativamente às respectivas taxas de mortalidade, a primeira manteve a tendência descendente, enquanto a segunda registou uma estabilização, embora no quadro de uma trajetória ascendente (Gráfico 24).

Gráfico 24 – Indicadores relacionados com a mortalidade



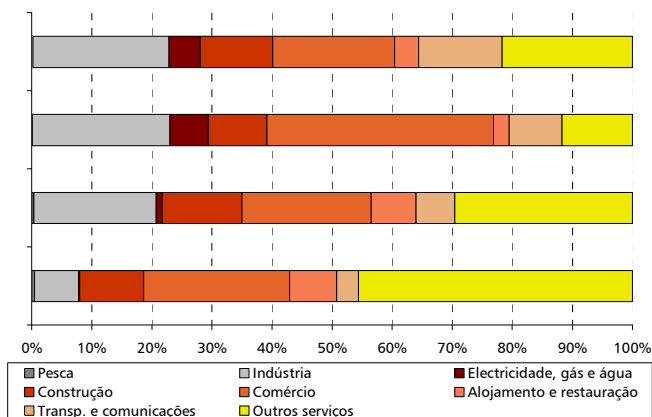
Actividade Económica

Empresas

De acordo com os dados do Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE), na estrutura empresarial, a área de serviços é predominante, tomando em conta diferentes critérios. Em 2008, cerca de 81,0% das empresas concentravam-se neste sector, abarcando 65,0% do número de pessoas ao serviço e gerando cerca de 61,0% do volume de negócios total e quase 60,0% do VAB. Apenas quando medido pelo volume de negócios se não registou um aumento da importância deste sector relativamente a 2005. Intra-área, o sector do comércio é maioritário seja qual for a variável considerada (a sua importância relativa é superior a 20,0% do total das actividades consideradas e a pelo menos 34,0% do total dos serviços), muito embora se tenha verificado uma diminuição do seu peso face ao 2005. Segue-se o sector de actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas, sendo aí dominantes as actividades de consultadoria, científicas, técnicas e similares. As indústrias transformadoras

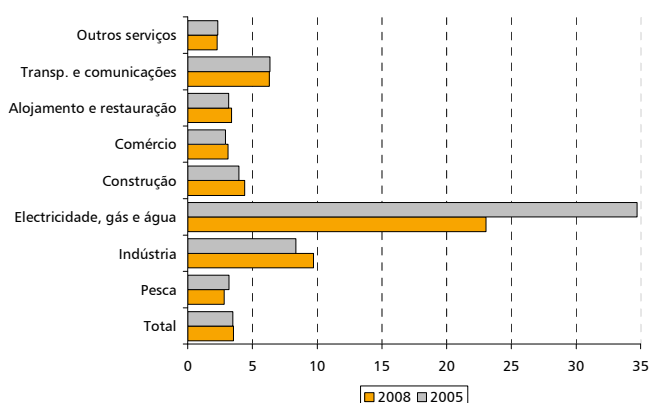
continuam a ter um papel de relevo, dado o peso de mais de 20,0% avaliado em número de pessoas ao serviço, volume de negócios ou VAB (Gráfico 25).

Gráfico 25 – Estrutura empresarial em 2007



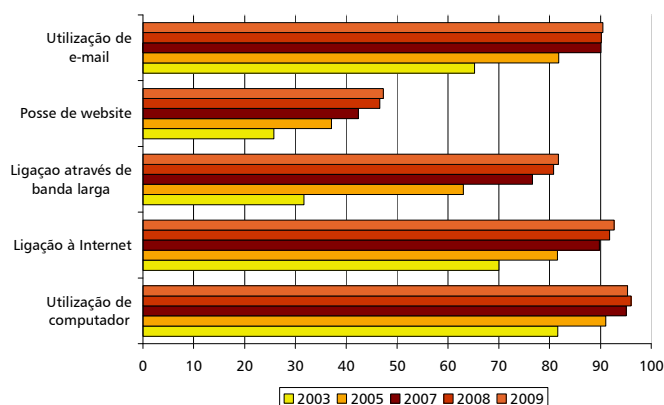
Por outro lado, a estrutura produtiva mantém-se bastante determinada pela importância relativa das pequenas e médias empresas. Em termos gerais, a dimensão média das empresas em 2008 era de 3,5 pessoas ao serviço, aproximadamente a mesma do ano precedente e da média de 2004 a 2008. Neste último ano, a proporção de empresas com menos de 10 pessoas ao serviço no total das empresas foi superior a 95,0%, abrangendo 43,0% do pessoal ao serviço, cerca de 1/4 quer do volume de negócios, quer do VAB, e representando quase 30,0% da FBCF efectuada. Alargando para as empresas com menos de 50 pessoas ao serviço, verifica-se que este conjunto representou mais de 99,0% das do número de empresas, a que correspondeu cerca de 64,0 número de pessoas ao serviço e mais de 46,0% tanto do volume de negócios como do VAB e da FBCF (Gráfico 26).

Gráfico 26 – Dimensão média por pessoal ao serviço



No que se refere à utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação, confirma-se a tendência para a sua difusão generalizada. De acordo com o Inquérito às empresas sobre esta temática, a proporção de empresas dispondo de computadores em 2009 era de 95,3%, ligeiramente menos do que no ano precedente e um pouco mais do que em 2007. Por outro lado, quase 93,0% dispunha de acesso à internet, sendo que 81,7% do total poderia aceder através de banda larga (nos dois casos, ganhos de 0,9 p.p. face a 2008; relativamente a 2007, os ganhos foram mais pronunciados, de 2,9 p.p. e de 5,1 p.p., para o acesso à internet e ligação por banda larga, respectivamente) (Gráfico 27).

Gráfico 27 – Utilização de TIC (% de empresas)



Em 2003, o primeiro ano para o qual há disponibilidade de dados, os três indicadores referidos apresentaram valores em torno de 82,0%, 70,0% e 32,0%, respectivamente. Outro elemento a destacar é a proporção de empresas dispondo de websites próprios, que em 2009 era de cerca de 47,3%, o que compara com a percentagem de 25,8% referente a 2003. Apenas no comércio electrónico se constata algum retrocesso relativo, dadas as diminuições relativamente a 2008 na proporção de empresas que receberam encomendas por via electrónica, na ordem de 3,6 p.p., e na que diz respeito a encomendas efectuadas, que diminuiu 2,4 p.p.. Todavia, em qualquer dos casos, os pesos alcançados em 2009, de 15,0% e de 18,4%, respectivamente, estão claramente acima dos que se verificaram em 2003, de 3,3% e de 8,7%, pela mesma ordem.

Comércio Internacional

Em 2009 o grau de abertura da economia portuguesa, medido pelo rácio entre o valor da soma das exportações e das importações de bens e o valor do PIB, a preços correntes, foi de 50,1%, o que releva uma redução de 10,5 p.p. relativamente ao que se verificara no ano precedente, colocando este rácio ao nível do que se verificara em 1995. Esta diminuição está ligada à situação recessiva que perdurou na economia internacional e na economia portuguesa em particular, afectando quer o fluxo de exportações quer o fluxo de importações. Caso se considerasse adicionalmente o valor dos serviços importados e exportados, o rácio de abertura ao exterior passaria para 63,6%, significando uma redução de 11,5 p.p. face ao ano anterior, e um nível pouco acima do de 1995. Expurgando estes indicadores do efeito cíclico é perceptível uma clara tendência de abertura da economia portuguesa a estes tipos de fluxos.

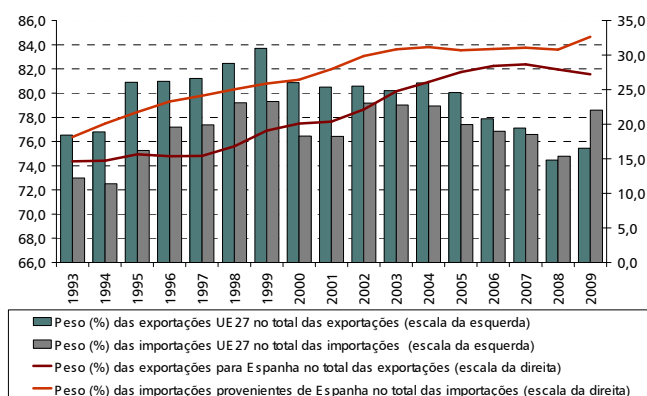
Em 2009 verificou-se uma intensa diminuição das trocas com o exterior, tanto nas exportações como nas importações. O valor do primeiro tipo de fluxo diminuiu à taxa de -18,2%, enquanto a quebra do segundo foi na ordem de -20,1%. A taxa de cobertura das importações pelas exportações foi de 66,5,8%, o que representa um aumento de 1,6 p.p. relativamente a 2008. Este indicador tem manifestado uma tendência oscilatória de diminuição desde 1993, parecendo convergir para valores na ordem de 66,0%. (quando incluindo a componente de serviços, este rácio seria de 78,5%, e embora se mantivesse o movimento oscilatório, e praticamente sem tendência, o que traduz uma melhoria do grau de cobertura da exportação de serviços relativamente á importação, aliás, já superior a 100,0% em 1995, primeiro ano para o qual estão disponíveis dados da contabilidade nacional na base de 2006).

Cerca de $\frac{3}{4}$ do valor das exportações tem como destino a União Europeia (UE27). Em 2009 verificou-se um acréscimo de 0,9 p.p. desta importância, passando para 75,4%, mas a tendência tem sido para a diversificação crescentes dos parceiros comerciais. Com efeito, a importância da UE27 em 2000 era de 82,1% e desde então a diminuição tem sido quase contínua. Nas importações a tendência tem sido semelhante, embora

só iniciada em 2003, quando o valor deste tipo de fluxo proveniente da UE27 representava 80,6% do total. Desde então, a diminuição foi contínua até 2008, apenas se registando um aumento em 2009 de 3,8 p.p., pelo que nesse ano o peso da UE27 no total das importações se situou em 78,6%.

Pelo contrário, com o principal parceiro comercial, a Espanha, verifica-se uma tendência clara para um aumento das trocas. Nas exportações, o seu peso passou de cerca de 19,0% em 2000 para se situar em torno de 27,0% em 2009. Nas Importações, a trajectória de aumento tem sido mais lenta, tendo-se registado uma relativa estabilização entre 2005 e 2008, após um longo movimento ascendente. Em 2009 verificou-se novo aumento, de 1,8 p.p., puxando o seu peso para 32,6% (Gráfico 28). Os três mais importantes mercados de destino continuaram a ser Espanha, Alemanha e França, que representaram 52,5% do valor total das exportações (um pouco mais do que em 2008). Considerando, adicionalmente, Angola, Reino Unido, Itália, E.U.A. e os Países Baixos, o conjunto destes oito parceiros concentrou 75,9% do valor total das exportações em 2009 (mais 2,1 p.p. do que em 2008). Assinale-se ainda que Angola permaneceu como o quarto maior mercado de destino.

Gráfico 28 – Indicadores de Comércio Internacional (%)



A estrutura do comércio por classificação económica sofreu algumas alterações, em ligação com o enquadramento externo e a conjuntura nacional. Do lado das exportações, os combustíveis e lubrificantes, bem como as máquinas de outros bens de capital diminuíram de importância, passando a representar cerca de 4,7% e de 13,3%, respectivamente, quando no ano precedente os correspondentes valores foram de 5,5%

e de 15,8%; Os bens intermédios mantiveram-se e os bens de consumo aumentaram de importância relativa, pesando 32,0%, o que traduz um acréscimo de 4,5 p.p. face ao ano anterior. Nas importações, a redução mais evidente foi nos combustíveis, na ordem de 4,2 p.p., diminuindo o seu peso para 12,3% do total. Pelo contrário, verificou-se um aumento nos bens de consumo, com acréscimos relativos na mesma ordem de grandeza, passando o respectivo valor a representar cerca de 30,0% do valor das importações. Os bens intermédios mantiveram aproximadamente a sua importância relativa, em torno de 18,0%.

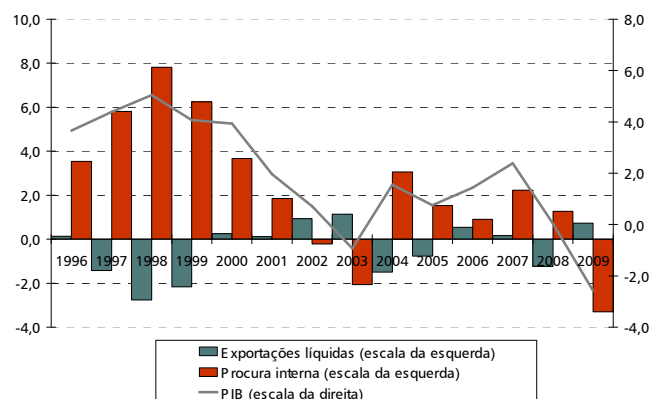
Contas Nacionais

Em 2009 o PIB registou a quebra em volume mais intensa desde 1996, primeiro ano para o qual há é possível calcular evoluções em volume segundo a nova base das contas nacionais (2006). A contracção do PIB foi de -2,6%, que se seguiu à estagnação do ano precedente. Verificou-se uma diminuição da procura, tanto da componente interna como das exportações. No primeiro caso, a diminuição foi na ordem de -3,0%, implicando uma contribuição um pouco mais intensa do que esta grandeza para a contracção do PIB. As despesas de consumo final mantiveram-se aproximadamente ao mesmo nível de 2008, muito embora se deva destacar a diminuição em cerca de 14,0% da aquisição de bens duradouros por parte das famílias. Assim, a diminuição da procura interna explica-se praticamente pela quebra da FBCF. Nesta variável da despesa, destaca-se a evolução negativa da componente de equipamento de transporte, na ordem de -23,0%, mas as contribuições mais negativas foram provenientes das componentes de outras máquinas e equipamentos (-2,8 p.p.) e, sobretudo, de construção (-6,5 p.p.), dadas as suas importâncias relativas no total da FBCF. Quanto à procura externa, as exportações de bens e serviços apresentaram uma quebra de -11,8%, enquanto a diminuição das importações foi na ordem de -10,9%. No entanto a contribuição da procura externa em termos líquidos acabou por ter um sinal positivo, dada a maior importância das importações relativamente às exportações.

Em termos da evolução do PIB, o período delimitado pelos anos de 1995 e de 2009 pode ser dividido em duas partes: uma, situada entre 1995 e 2000, na qual

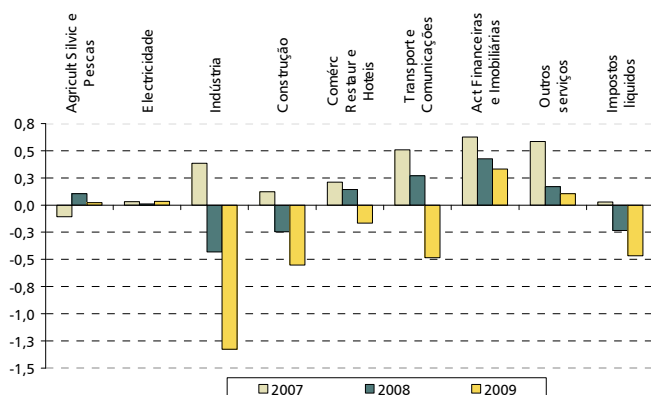
se verificou um intenso crescimento do PIB, a uma taxa média de 4,2%; a outra, desde 2001, de muito moderado crescimento, na ordem de 0,6%, e que compreende as duas situações recessivas de 2003 e de 2009. Uma outra hipótese de partição tomaria em conta as fases descendentes do ciclo económico (definido em taxas de variação), desde o pico até à cava. Nesse caso, a primeira fase descendente estaria localizada entre 1996 e 2003, na qual se verificou um crescimento médio de 2,9%; a segunda fase descendente incluiria os anos 2007 a 2009, para os quais a taxa de crescimento média foi de -0,1% (Gráfico 29).

Gráfico 29 – Contributos da despesa (p.p) para o crescimento em volume do PIBpm (%)



Do lado da oferta, em 2009 as evoluções mais negativas situaram-se na indústria e na construção, com taxas de variação de -10,7% e de -9,2%, respectivamente, originando contribuições para a variação do VAB na ordem de -1,3 p.p. e de -0,6 p.p. Inversamente, note-se o crescimento do VAB em 2,4% das actividades financeiras e imobiliárias, permitindo uma contribuição positiva de 0,3 p.p. para a evolução do VAB (Gráfico 30).

Gráfico 30 – Contributos da oferta (p.p) para o crescimento em volume do PIBpm (%)

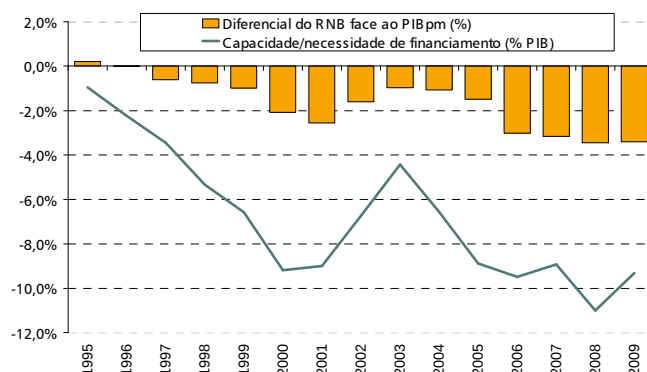


Embora a separação entre períodos de crescimento forte e moderado seja também perceptível na generalidade dos ramos de produção, verifica-se que o sector dos serviços tem apresentado um crescimento médio superior aos da indústria e da agricultura. Por outro lado, registou-se um aumento do preço relativo dos serviços. Os efeitos volume e preço, daí resultantes, traduziram-se num aumento da importância relativa dos serviços, em detrimento da indústria e da agricultura.

A necessidade líquida de financiamento (equivalente ao saldo global das balanças corrente e de capital) foi aumentando ao longo do período entre 1995 e 2009, embora se note algum desagravamento nos momentos recessivos (em 2009 verificou-se também um desagravamento de 1,7 p.p. face ao ano anterior; em 2003 o desagravamento fora de 2,3 p.p.). Em 2009 as necessidades de financiamento foram na ordem de 9,3% do PIB, quando em 1995-96 a média se situava em 1,6%.

Os défices sistemáticos das balanças corrente e de capital foram agravando a Posição de Investimento Internacional (valor do stock de activos líquidos sobre o exterior) e impondo uma deterioração da balança de rendimentos primários (diferença entre os rendimentos recebidos e pagos ao exterior). Em 2009 o valor negativo deste saldo representou cerca de 3,4% do PIB, tal como já acontecera no ano precedente, impondo uma diferença do mesmo montante entre o PIB e o Rendimento Nacional Bruto (RNB) (Gráfico 31).

Gráfico 31 – Diferencial entre RNB e PIBpm e % da Necessidade de financiamento no PIBpm



Preços

A taxa de variação do índice de preços no consumidor (IPC) foi de -0,8% em 2009, o que representa uma redução de 3,4 p.p. relativamente ao que se verificara em 2008. Em termos de grandes componentes do IPC, verificaram-se reduções de 4,7 p.p. e de 2,3 p.p. no índice de bens e no índice de serviços, respectivamente. As correspondentes taxas de variação foram de -2,4% e de 1,7%. Esta evolução desenvolveu-se num contexto de clara deflação dos preços dos bens importados, destacando-se aqui o caso do petróleo e seus derivados, concentrada principalmente entre o primeiro e o terceiro trimestres de 2009. Esta evolução, conjugada com a desaceleração da procura interna, resultou em impactos significativos na estrutura dos preços internos. Para além da referida redução no IPC, ainda se deve assinalar a diminuição dos preços internos dos bens agrícolas, na ordem de 6,0%, e dos bens industriais, em torno de 9,7%. O deflator das exportações também diminuiu, em 4,9%, o que comparado com a quebra do deflator dos bens de importação permitiu um ganho nos termos de troca. Em termos de grandes componentes do IPC, verificaram-se reduções tanto na variação do índice de bens (muito acentuadas), como na do índice de serviços (menos intensas mas também significativas), passando as variações anuais para -2,4% e para 1,7%, respectivamente (Gráfico 32 e Gráfico 33).

Gráfico 32 – Taxas de crescimento anual (%) do IPC total e do IPC dos produtos energéticos

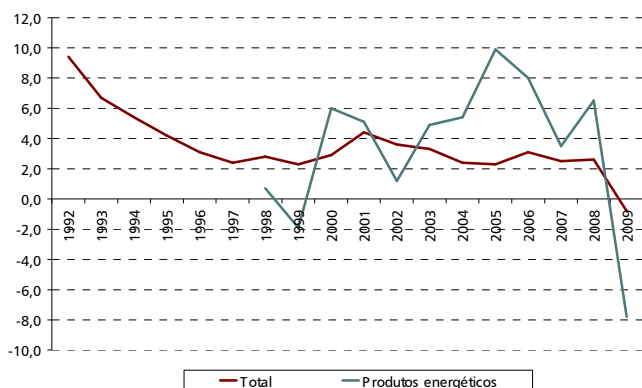
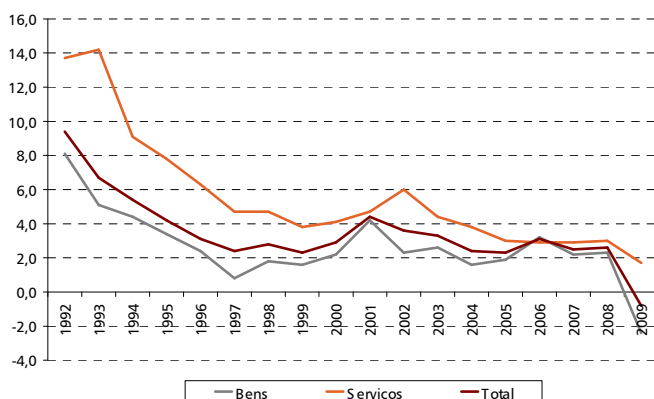
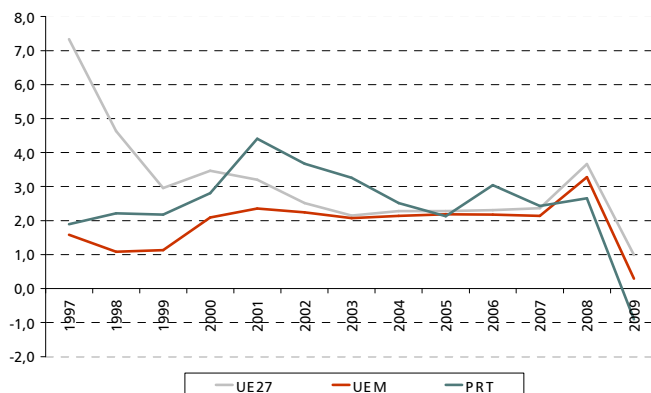


Gráfico 33 – Taxas de crescimento anual (%) do IPC total, do IPC de bens e do IPC de serviços



A contracção dos preços no consumidor em 2009 manifestou-se igualmente no Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), cuja taxa de crescimento médio anual se situou -0,9%, menos 3,6 p.p. do que em 2008. Comparando com as evoluções dos índices homólogos à escala europeia, verificaram-se, pela segunda vez consecutiva, diferenciais negativos face à média. O IHPC da União Europeia (UE27) apresentou uma variação homóloga de 1,0%, pelo que o diferencial foi de -1,9 p.p., aumentando em termos absolutos 0,9 p.p. No caso da zona euro, o diferencial passou para -1,2 p.p., traduzindo um aumento absoluto de 0,6 p.p. (Gráfico 34).

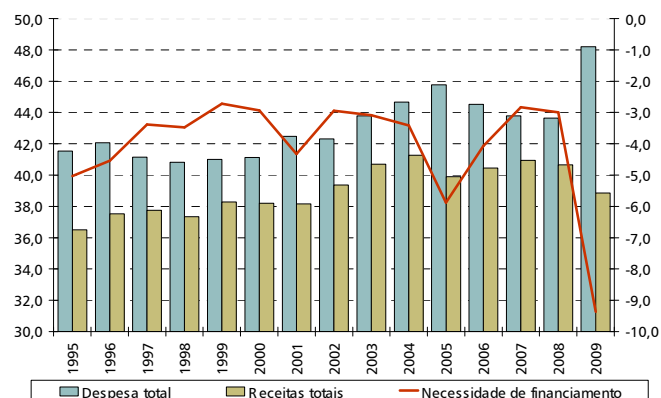
Gráfico 34 – Taxas de inflação anual (%) na UE27, na UEM e em Portugal (IHPC)



Administrações Públicas

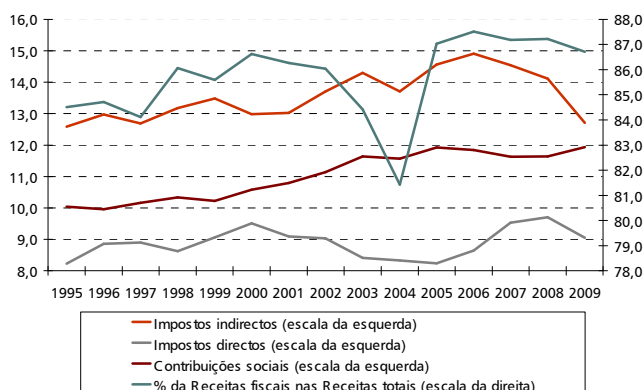
Em 2009 verificou-se um agravamento da necessidade líquida de financiamento das Administrações, que ascendeu a 9,3% do PIB, mais 6,4% do que no ano precedente. Esta evolução reflectiu uma diminuição das receitas totais em 1,8 p.p. e, principalmente, um aumento das despesas totais em 4,6 p.p. (Gráfico 35).

Gráfico 35 – Receitas, despesas e Necessidade de financiamento das Administrações Públicas (% do PIBpm)



A diminuição das receitas esteve principalmente ligada à diminuição do mesmo montante observado nas receitas fiscais. Para tal, contribuíram as reduções nos impostos sobre o rendimento e património, na ordem de 0,7 p.p. e, sobretudo, nos impostos sobre a produção e as importações, de 1,4 p.p.. Em sentido inverso, registou-se um aumento das contribuições sociais de 0,3 p.p. face a 2008.

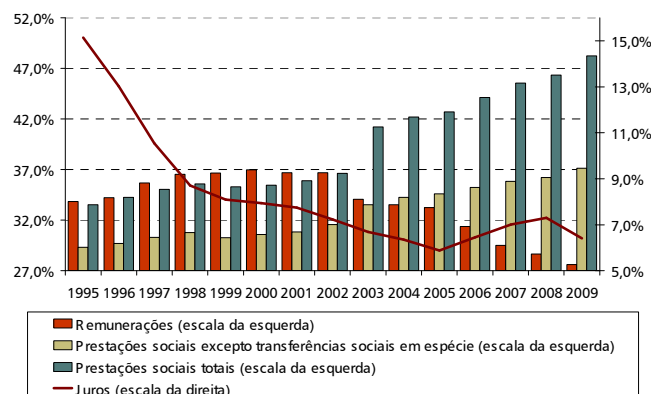
Gráfico 36 – Carga fiscal (% do PIBpm) por tipo de receita fiscal e peso das receitas fiscais no total de receitas



Destas evoluções decorreu pela segunda vez consecutiva uma redução da carga fiscal, que em 2009 se situou em 33,7% do PIB (Gráfico 36). A principal contribuição para o referido aumento das despesas totais correntes foi proveniente das despesas correntes, que aumentaram 3,5 p.p. relativamente ao ano precedente (a despesa corrente primária, isto é, sem juros de dívida pública, aumentou 3,6 p.p.). As remunerações com pessoal aumentaram 0,5 p.p., ao contrário do que se verificara nos três anos precedentes. O valor das prestações sociais excepto transferências sociais aumentou 1,7 p.p.. A evolução desta rubrica é condicionada por tendências demográficas, designadamente, o envelhecimento e o aumento da longevidade da população. O valor das prestações sociais em espécie aumentou 0,8 p.p., acentuando a trajectória ascendente iniciada em 2003, após o brusco aumento que se registara nesse ano. Refira-se que o andamento desta rubrica está relacionado com a transformação de quatro hospitais do Serviço Público Administrativo em hospitais EPE. Esta transformação alterou a composição das despesas públicas, tendendo a diminuir as rubricas de despesa com pessoal e de consumo intermédio e aumentando a das prestações sociais em espécie, em que se inclui os

serviços contratualizados aos hospitais. O peso dos juros de dívida pública diminuiu 0,1 p.p. em 2009, representando cerca de 2,9% do PIB (Gráfico 37).

Gráfico 37 – Peso das remunerações, dos juros e das prestações sociais na despesa corrente total



A dívida pública manteve-se na trajectória ascendente iniciada em 2001, e apenas interrompida em 2007, situando-se em 76,1% do PIB, o que representou um agravamento de 10,8 p.p. relativamente a 2008.

Anuário Estatístico de Portugal 2009.

Informação disponível até 30 de Setembro, 2010